



Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas 1º Trimestre 2022



Sumário

Balanço Patrimonial.....	2
Demonstração do Resultado do Exercício	4
Demonstração do Resultado Abrangente.....	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Demonstração do Valor Adicionado	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Nota 1. Contexto Operacional	8
Nota 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.....	9
Nota 3. Políticas contábeis.....	10
Ativo.....	10
Ativo Circulante.....	10
Nota 4. Caixa e equivalente de caixa.....	10
Nota 5. Créditos a receber.....	11
Nota 6. Ativo não circulante mantido para venda	13
Ativo Não Circulante	14
Nota 7. Realizável a longo prazo	14
Nota 9. Intangível.....	16
Passivo.....	16
Passivo Circulante.....	16
Nota 10. Consignações	16
Nota 11. Tributos e encargos sociais	17
Nota 12. Obrigações a pagar	17
Passivo Não Circulante	18
Nota 13. Obrigações tributárias.....	18
Nota 14. Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas.....	19
Nota 15. Patrimônio Líquido.....	21
Nota 16. Resultado do Exercício	21
Nota 17. Benefícios a empregados	27
Nota 18. Partes relacionadas.....	28
Nota 19. Eventos subsequentes	29

Balanço Patrimonial

Ativo	NE	Mar/2022	Dez/2021
Circulante		2.621.223	2.624.004
. Caixa e equivalentes de caixa	4	1.669.157	1.869.748
. Ativos financeiros		676	710
. Créditos a receber	5	948.757	750.901
Clientes	5.1	712.688	530.366
Créditos tributários	5.3	117.752	114.810
Ressarcimento de pessoal	5.4	72.500	85.134
Créditos diversos a receber	5.5	45.817	20.591
. Bens, Valores e Demais Curto Prazo		171	183
. Ativos mantidos para venda	6	2.462	2.462
Não Circulante		1.779.462	1.774.896
. Realizável a longo prazo	7	1.107.523	1.076.650
Depósitos judiciais e recursais	7.1	436.432	411.825
Ressarcimento de pessoal		305.568	301.553
Créditos tributários diferidos		269.640	267.389
Créditos realizáveis a longo prazo		95.554	95.554
Outros ativos		329	329
. Imobilizado	8	586.885	607.182
. Intangível	9	85.054	91.063
Total do Ativo		4.400.685	4.398.899

Balanço Patrimonial

Passivo	NE	Mar/2022	Dez/2021
Circulante		815.955	997.895
. Consignações	10	44.754	83.300
. Tributos e encargos sociais	11	115.703	151.724
. Depósitos diversas origens		859	857
. Obrigações a pagar	12	654.640	762.014
Fornecedores	12.1	102.437	219.781
Pessoal a pagar, encargos trabalhistas	12.2	338.007	330.478
Ações Programa Demissão Voluntária		354	21.560
Processo trabalhista a pagar	12.3	40.643	56.033
Plano de previdência complementar	12.4	21.405	13.794
Participação nos lucros ou resultados		24.911	24.913
Dividendos/Juros sobre capital próprio	12.5	125.776	95.165
Outras obrigações		1.107	290
Não Circulante		1.560.289	1.479.785
Obrigações tributárias	13	497.022	433.295
Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas	14	504.778	490.572
Benefícios pós-emprego		553.889	551.316
Outras obrigações		4.601	4.601
Patrimônio Líquido		2.024.440	1.921.219
. Capital		1.061.005	1.061.005
. Reservas		1.190.679	1.190.886
Reservas de reavaliação		93.069	93.276
Reservas de lucros		803.139	803.139
Dividendos adicionais propostos		294.471	294.471
. Outros resultados abrangentes		(330.705)	(330.672)
. Lucros Acumulados		103.461	
Total do Passivo		4.400.685	4.398.899

Demonstração do Resultado do Exercício

	NE	Mar/202	Mar/2021
Receita operacional líquida	16.2	690.333	642.691
Custo dos serviços prestados	16.3	(337.132)	(326.084)
Lucro bruto		367.213	316.606
Despesas operacionais (exceto resultado financeiro)	16.3	(222.448)	(117.053)
Despesas com pessoal e benefícios		(119.252)	(86.392)
Depreciação e amortização		(7.833)	(4.442)
Locação		(1.514)	(3.021)
Manutenção		(2.744)	(6.223)
Serviços de comunicação		(33)	(2.537)
Serviços profissionais e contratados		(8.223)	(3.633)
Serviços públicos		(3.060)	(1.756)
Resultado com créditos a receber		(53.533)	(12.399)
Despesas tributárias diversas		(372)	(2.494)
Materiais		(405)	(755)
Outras despesas/receitas		(7.560)	(1.687)
Resultado com ações judiciais		(3.905)	(8.285)
Resultado financeiro	16.4	38.637	8.918
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		183.402	208.472
Tributos sobre o lucro	16.5	(51.811)	(21.667)
Tributos correntes		(55.549)	(11.555)
Tributos diferidos		3.738	(10.112)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		131.592	186.804

Demonstração do Resultado Abrangente

	Mar/2022	Mar/2021
Resultado líquido do período	131.592	102.734
(+/-) Outros resultados abrangentes	(33)	(97)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	(33)	(97)
Resultado abrangente no período	131.558	102.637

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Mar/2022	Mar/2021
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	395.317	388.653
Recebimentos de clientes – exercícios anteriores	187.277	153.647
Ressarcimento de pessoal requisitado	75.450	80.072
Rendimento de aplicações financeiras	36.847	1.350
Outros recebimentos	26.125	19.876
Tributos e encargos	(169.103)	(106.254)
Pessoal e encargos	(522.722)	(541.097)
Sentenças judiciais	(27.506)	(42.122)
Pagamentos a fornecedores	(119.619)	(99.407)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (a)	(117.934)	(145.280)
Atividades de Investimentos		
Pagamento Imobilizado/ Intangível	(82.657)	(88.201)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento (b)	(82.657)	(88.201)
Atividades de Financiamento		
Caixa líquido gerado nas atividades de Financiamento (c)	0	0
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa (a) + (b) + (c)	(200.591)	(233.481)
Saldo inicial – caixa e equivalentes de caixa	1.869.748	1.694.495
Saldo final – caixa e equivalentes de caixa	1.669.157	1.461.013

Demonstração do Valor Adicionado

Geração do Valor Adicionado	Mar/2022	%	Mar/2021	%
1 - Receitas	744.112	114.6	758.405	110.1
Vendas de Serviços	815.692	125.6	792.707	115.0
Perdas Estimadas para créditos liquidação duvidosa	(53.533)	(8.2)	(12.399)	(1.8)
Descontos Concedidos	(17.115)	(2.6)	(30.848)	(4.5)
Vendas Canceladas	(1.138)	(0.2)	(162)	(0.0)
Outros valores adicionados	207	0.03	9.106	1.3
2 - Insumos adquiridos de terceiros	(95.998)	(14.7)	(67.415)	(9.8)
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	648.114	99.9	690.990	100.3
4 - Retenções	(40.896)	(6.3)	(14.439)	(2.1)
Depreciações e Amortizações	(36.991)	(5.7)	(22.724)	(3.3)
Resultados com Ações Judiciais	(3.905)	(0.6)	8.285	1.2
5 - Valor adicionado líquido (3-4)	607.218	93.6	676.551	98.2
6 - Recebido de terceiros	41.506	6.4	12.516	1.8
7 - Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)	648.724	100.0	689.067	100.0
8. Distribuição do valor adicionado	Mar/2022	%	Mar/2021	%
Empregados (Salários, Encargos, Benefícios).	337.525	52.0	328.586	47.7
Governo (Impostos e Contribuições)	175.305	27.0	158.582	23.0
Capitais de Terceiros	1.823	0.4	5.529	0.8
Acionistas (Dividendos juros e JCP)	30.610	4.7	20.704	3.0
Lucros Retidos	103.461	15.9	175.666	25.5
Dividendos Adicionais Propostos				
Total	648.724	100.0	689.067	100.0

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital	Reservas				Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção	Dividendos Adicionais			
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Publicado)	1.061.005	78.009	58.399	725.191	109.749		(292.983)	1.739.371
Lucros/Prejuízos líquidos						186.804		186.804
Ajuste de Exercícios Anteriores						8.841		8.841
Realização de reserva de reavaliação		(265)				265		
JCP e Dividendos					0	(20.244)		(20.244)
Outros Resultados Abrangentes							(97)	(97)
Saldo em 31 de março de 2021	1.061.00	77.744	58.399	725.191	109.749	175.666	(293.080)	1.914.674
	Capital	Reservas				Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção	Dividendos Adicionais			
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Publicado)	1.061.005	93.276	77.948	725.191	294.471		(330.672)	1.921.219
Ajuste de Exercícios Anteriores					1			0
Lucros/Prejuízos líquidos						131.592		131.592
Realização da reserva de reavaliação		(207)				207		0
Outros Resultados Abrangentes							(33)	(33)
Dividendos propostos						(28.337)		(28.337)
Saldo em 31 de março de 2021	1.061.005	93.069	77.948	725.191	294.471	103.461	(330.705)	2.024.440

Nota 1. Contexto Operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO é uma empresa pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Economia, com sede em Brasília-DF. Criada pela Lei nº 4.516/1964, regida pela Lei nº 5.615/1970 e, de forma suplementar, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016. Além desses, conduzido pelo seu Estatuto Social vigente e demais normativos legais que lhe forem aplicáveis.

O SERPRO como propulsor da transformação digital no país, está atento à exigência legal de desenvolver soluções tecnológicas que atendam ao relevante interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional. A Empresa busca ser reconhecida como viabilizadora do governo digital e que tem compromisso com segurança e proteção de dados do cidadão contra uso indevido e não autorizado, tendo por premissa, ser referência no atendimento aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

1.1. Informações gerais do contexto econômico

Após o impAo econômico decorrente da pandemia do COVID-19 observados nos últimos dois anos, a economia mundial é novamente afetada por eventos extraordinários, neste caso, a Guerra entre Rússia e Ucrânia. Este cenário tem impacto direto na economia doméstica, o boletim Focus, de 14/04/2021, apresenta piora nos principais indicadores macroeconômicos projetados para o final de 2022: (i) PIB: crescimento de 0,56% quando comparado ao ano anterior, apresentando uma estagnação; (ii) IPCA: projeção de 7,46%, superior à meta estimada de 5%; e (iii) taxa Selic: 13,05%, maior patamar dos últimos 5 anos.

Como resultado dos indicadores citados, o cenário fiscal do país tem uma projeção pessimista para 2022, assim, o SERPRO poderá ser impactado diretamente, uma vez que os principais clientes da Empresa são unidades do Governo dependentes de recursos do Orçamento Geral da União – OGU.

Em contraponto às restrições dos clientes públicos, nota-se crescimento nas receitas provenientes de clientes privados. Esse resultado demonstra o acerto da estratégia adotada de intensificar a diversificação da carteira de clientes e a geração de novos negócios, com o resultado expressivo da expansão das receitas no mercado privado, que representou 15,4% de toda receita bruta operacional apurada no primeiro trimestre de 2022.

Em meio a esse cenário, o SERPRO demonstrou resiliência, adaptabilidade às mudanças e agiu com tempestividade para responder às alterações de cenário no ambiente externo minimizando os efeitos no desempenho empresarial. A continuidade de ações de gestão empresarial, implementadas durante os exercícios 2020 e 2021, com foco em aumento de produtividade, adaptabilidade empresarial, conquista de novos clientes e otimização dos recursos são essenciais para o resultado positivo do período.

A administração segue observando atentamente o contexto econômico atual, agindo de forma a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos e minimização dos potenciais impactos financeiros.

Nota 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

2.2. Emissão e divulgação

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras do 1º trimestre de 2022, encerrado em 31 de março de 2022, foi autorizada pela Administração da Empresa em reunião realizada em 31 de maio de 2022.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido, das provisões trabalhistas, cíveis e administrativas, que são mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação e suas variações impactam diretamente o resultado do exercício, e das provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da Empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, que podem impactar tanto no resultado do exercício quanto outros resultados abrangentes (patrimônio líquido).

2.3.1. Mensuração do valor justo

A mensuração a valor justo dos ativos financeiros ocorre pela abordagem do mercado principal. Os preços utilizados contêm informações relevantes do produto em transações no mercado, e envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

2.4. Base de apresentação

As demonstrações financeiras do 1º trimestre de 2022 foram elaboradas com a finalidade de atualizar os usuários da informação com as ocorrências mais significativas ocorridas no período e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas do encerramento do exercício findo de 2021.

2.4.1. Moeda funcional

A moeda funcional da Empresa é o Real e, para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

2.4.2. Apresentação pelo valor líquido

As contas ativas e passivas que guardam, em sua essência, relações entre si, foram consideradas, para fins de apresentação, pelo valor líquido em razão de possuírem natureza semelhante.

2.5. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua e as revisões dessas estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.6. Reclassificações

Para fins de comparabilidade e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações relativas a períodos anteriores podem ser reclassificadas. Tais reclassificações não atendem ao critério de materialidade e, portanto, não são objeto de reapresentação de balanço. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo de demonstrações, reclassificação de valores ou revisão de agrupamento de contas.

2.7. Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

A Empresa apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, conforme NBC TG 03 (R3), pelo método direto, com reconciliação, em nota explicativa (NE 4.3), pelo método indireto.

2.8. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Empresa elabora DVA, conforme NBC TG 09, em que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

Nota 3. Políticas contábeis

As práticas contábeis mais significativas aplicadas pelo SERPRO ao longo do trimestre para elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas ao longo das notas explicativas.

Ativo

Ativo Circulante

Nota 4. Caixa e equivalente de caixa

Política Contábil: Compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com realização imediata, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. O risco de alteração no valor justo é irrelevante.

Descrição	Mar/2022	Dez/2021
Caixa/ Bancos	1.466	478
Aplicação financeira	1.667.691	1.869.271
Caixa e equivalente de caixa	1.669.157	1.869.749

4.1. Bancos conta movimento

O valor de R\$1,5 milhões são recursos financeiros disponíveis e depositados na conta limite de saque com vinculação de pagamento, sendo R\$ 200mil em conta internacional, com dólar cotado a R\$ 4,7378 em 31/03/2022.

4.2. Aplicação financeira

Descrição	Rentabilidade (%)			Mar/2022	Dez/2021
	Março	Ano	12 meses		
BB Extramercado FAE Fundo Renda Fixa	0,8638	2,1996	4,853	979.632	1.197.251
CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1	0,8846	2,2668	5,0364	688.059	672.020
Total				1.667.691	1.869.271

Trata-se de aplicações financeiras de alta liquidez. Nos termos estabelecidos na Resolução 3.284, de 15/05/2005, do Banco Central do Brasil – BCB, a quantia de R\$ 1.7 bilhão está aplicada no mercado financeiro, contemplando os fundos de investimento, lastreados em títulos públicos federais, cujas rentabilidades acompanham o comportamento da taxa básica de juros, SELIC. O Rendimento líquido sobre as aplicações financeiras até 31 de março de 2022 foi de R\$ 36,8 milhões.

4.3. Reconciliação dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Descrição	Mar/2022	Mar/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	131.592	186.804
Resultados que não afetaram o caixa		
Depreciação e amortização	36.991	22.724
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	53.533	12.399
Provisão acordo coletivo de trabalho	0	810
Provisões Trabalhistas, Cíveis e Administrativas	4.210	(62.666)
Provisões do Plano de Previdência Complementar	2.572	2.099
Créditos tributários diferidos	(3.738)	10.112
Outros Ajustes	1.937	541
Lucro ajustado	227.098	172.823
Movimentações Patrimoniais Ativas	(282.528)	(313.052)
Movimentações Patrimoniais Passivas	(62.504)	(5.051)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais (a)	(117.934)	(145.280)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (b)	(82.657)	(88.201)
Imobilizado / Intangível	(82.657)	(88.201)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (c)	0	0
Aumento no caixa e equivalentes de caixa no período (a) + (b) + (c)	(200.591)	(233.481)
Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa	1.869.748	1.694.495
Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa	1.669.157	1.461.013

Nota 5. Créditos a receber

Descrição	Mar/2022	Dez/2021
Clientes	712.688	530.366
Créditos tributários	117.752	530.366
Ressarcimento de pessoal	72.500	85.134
Créditos diversos a receber	45.817	20.591
Total	948.757	750.901

5.1. Clientes

Política Contábil- Não possuem componentes de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento médio de trinta dias, ou seja, não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. Nos termos da NBC TG 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, portanto, reconhecidos pelo custo amortizado.

Descrição	Mar/2022	Dez/2021
Créditos a receber a faturar	148.587	159.152
Créditos a receber de clientes a vencer	395.257	116.578
Vencidos até 30 dias	37.376	17.433
Vencidos de 31 a 60 dias	36.848	11.537
Vencidos de 61 a 90 dias	6.245	3.988
Vencidos de 91 a 180 dias	18.683	43.228
Vencidos de 181 a 365 dias	56.058	73.214
Vencidos acima de 365 dias	192.765	230.934
Créditos a receber	891.819	656.064
Perdas Incorridas	(86.656)	(42.379)
Perdas Estimadas	(92.475)	(83.319)
Total	712.688	530.366

5.2. Perdas Estimadas para crédito em liquidação duvidosa - PECLD

Política Contábil- O cálculo considera perfil de pagamento dos clientes, a probabilidade de perda ao longo das faixas de inadimplência e a recuperabilidade desses valores de acordo com a série histórica. Os tipos de clientes são segmentados nas categorias Clientes Públicos OGU, Clientes Públicos Não OGU e Mercado Privado e, a partir desta segmentação é analisado o comportamento histórico do desempenho de pagamentos dos clientes. Permanecem incluídos também como PECLD os valores em avaliação de direito registrados no ativo não circulante.

5.2.1. PECLD de curto prazo

Os valores dos créditos a receber de clientes, no encerramento do trimestre, registrados no curto prazo, são apresentados no balanço, deduzidas das perdas estimadas (R\$92,4 milhões) e das perdas incorridas (R\$86,7 milhões), perfazendo um total de R\$ 179,1 milhões.

5.2.2. PECLD de longo prazo

Descrição	Mar/2022	Dez/2021
Faturas a Receber	261.165	261.165
PECLD	(261.165)	(261.165)

Os valores de créditos a receber de clientes, R\$ 261,2 milhões, registrados no longo prazo referem-se a faturas de clientes em avaliação de direito, em sua maioria em processo de conciliação e estão contabilizados integralmente como perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

5.3. Créditos tributários

Política Contábil- Em créditos de tributos federais são registrados valores de IRPJ e CSLL, relativos ao Saldo Negativo da apuração dos exercícios anteriores até sua utilização ou baixa, as retenções sobre os rendimentos financeiros e recebimentos de serviços, pagamentos por estimativa mensal, e os tributos devidos no final do período, todos nos termos da legislação vigente. Em créditos de tributos municipais são registrados créditos a recuperar junto as secretarias de fazenda.

Descrição	Mar/2022	Dez/2021
Tributos Federais – IRPJ e CSLL	107.467	104.591
IR e CSLL a recuperar/compensar	160.022	201.973
IRRF a compensar	2.994	6.404
IRPJ a recolher	(28.632)	(40.869)
CSLL a recolher	(26.917)	(62.917)
Tributos Municipais	10.286	10.219
Total	117.752	114.810

O valor líquido de IRPJ e CSLL, de R\$ 107,5 milhões representa o somatório de saldos negativos de períodos anteriores (R\$ 107,2 milhões), e saldo das antecipações decorrentes de retenção na fonte, os pagamentos realizados por estimativas, e os valores desses tributos devidos no final do período (R\$ 0,3 milhão). Em tributos municipais consta ISS a compensar constam as retenções efetuadas por clientes imunes do DF realizadas após a obtenção da imunidade tributária.

5.4. Ressarcimento de Pessoal cedido a órgãos externos

Política Contábil - Considerando que o Serpro, nos termos da legislação vigente (Decreto nº 10.835 de 14/10/2021) é responsável pela folha de pagamento dos empregados cedidos a órgãos externos (Pessoal de Serviço Externo – PSE), assim como outras obrigações correlatas, os pagamentos ora realizados são reconhecidos como direito a receber dos cessionários – créditos a receber, a partir da emissão de documentos denominados Notas de Ressarcimento.

No encerramento do 1º trimestre de 2022, o SERPRO estava com 1.995 empregados cedidos aos órgãos do governo federal, do total de 7.730. Em sua grande maioria, vinculados ao Ministério da Economia, que é o responsável pelo processamento e pagamento da folha de salários desses empregados.

5.4.1. Valores a serem ressarcidos

Descrição	Mar/2022	Dez/2021
Créditos a receber – Fopag	31.739	35.306
Sentenças judiciais	40.761	49.828
Total	72.500	85.134

As sentenças judiciais referem-se a acordos trabalhistas cujas obrigações constam do passivo circulante, vincendas nos próximos doze meses.

5.5. Créditos diversos

O saldo de R\$ 45,8 milhões representa, em sua maioria créditos decorrentes de folha de pagamento, em sua maioria adiantamento de férias (R\$ 17,6 milhões) e adiantamento de 13º salário (R\$ 24,8 milhões).

Nota 6. Ativo não circulante mantido para venda

Política Contábil - Referem-se a imóveis não inseridos no contexto operacional da Empresa que possuem venda aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração - CA, em conformidade com a Resolução nº 190 de 14/07/2021 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos – CPPI.

O valor total de mercado dos imóveis mantidos para venda, de acordo com laudo de avaliação é de R\$ 35,9 milhões. Após a realização de diversos leilões sem êxito, foram contratadas novas avaliações objetivando a alienação por valor de liquidez menor, com aprovação do CA, de acordo com Ata da 2ª RO de 22/02/22. Em 12/04/2022 foi lavrada escritura de compra e venda dos imóveis da Rua Antônio Paes, 114/134 e da Rua Plínio Ramos 125, ambos no subdistrito Santa Efigênia, Centro Histórico de São Paulo, por R\$ 17.897 milhões, decorrente do Leilão de 23/03/22.

Ativo Não Circulante

Nota 7. Realizável a longo prazo

7.1. Depósitos judiciais e recursais

Política Contábil - Garantia em juízo de valores depositados a fim de satisfazer crédito oriundo de decisões judiciais. Enquanto o valor estiver depositado em conta à disposição do Juízo, os seus valores compõem o ativo empresarial.

Descrição	Mar/2022	Dez/2021
Depósitos judiciais e recursais	430.081	405.474
Ações fiscais	6.351	6.351
Total	436.432	411.825

7.1.1. Ações fiscais

Referem-se ao procedimento administrativo fiscal – PAF iniciado em 2010, pela Receita Federal do Brasil – RFB. À época, foi realizado um depósito no valor de R\$ 6,2 milhões, cuja finalidade foi a de afastar os encargos moratórios da penalidade imposta.

O Recurso Voluntário interposto pelo SERPRO junto ao Conselho Administrativo de Recursos Federais – CARF teve os argumentos da Empresa acolhidos de forma unânime, declarando-se a nulidade da autuação fiscal por erro de capitulação. O SERPRO aguarda as providências por parte da RFB, no sentido de disponibilizar os valores para levantamento ou compensação.

7.2. Ressarcimento de Pessoal cedido a órgãos externos

Política Contábil – Os acordos e processos trabalhistas dos empregados cedidos a órgãos externos são registrados no longo prazo.

Descrição	Mar/2022	Dez/2021
Acordos Judiciais	155.642	155.642
Processos trabalhistas	149.926	145.911
Total	305.568	301.553

Referem-se aos demais processos trabalhistas de pessoal do quadro externo, conforme controle do departamento jurídico, em sua maioria da Receita Federal do Brasil.

7.3. Créditos tributários diferidos

Política Contábil – O saldo representa a diferença entre o Ativo Fiscal Diferido - AFD e o Passivo Fiscal Diferido - PFD constituído sobre as adições e exclusões temporárias na apuração do IRPJ e CSLL e o crédito tributário sobre base negativa da contribuição social.

Descrição	Mar/2022	Dez/2021
Ativo fiscal diferido	315.707	313.487
Passivo fiscal diferido	(46.067)	(46.098)
Total	269.640	267.389

7.4. Créditos realizáveis a longo prazo

Política Contábil – Representam os créditos a receber compostos, principalmente, pelos valores a receber da EFPC SERPROS.

São valores relativos a 42,7% do precatório das Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina, devidos à Patrocinadora SERPRO pela EFPC SERPROS, conforme contrato de migração do plano de aposentadoria PS I para o PS II.

LFTSC	Créditos a receber
2013 a 2019	60.243
2020	84.096
2021	95.554

Nota 8. Imobilizado

Política Contábil - São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. Nos casos em que não for possível fazer uma estimativa confiável do preço de venda de um ativo, utiliza-se o valor em uso.

Descrição	Mar/2022	Dez/2021
Bens Móveis e Imóveis	1.476.501	1.503.544
Depreciação e Amortização	(889.616)	(896.361)
Total	586.885	607.182

Descrição	Saldo	Depreciação/ Amortização	Valor líquido	
	Mar/2021		Mar/2022	Dez/2021
Edifícios	145.174	(46.050)	99.124	99.774
Terrenos	56.491	0	56.491	56.491
Obras em andamento	14.833	0	14.833	14.754
Instalações	141.452	(119.095)	22.358	28.481
Benfeitorias propr. terceiros	1.817	(1.750)	67	97
IPC/90	19.210	(2.531)	16.679	16.679
Bens móveis	1.097.524	(720.191)	377.333	390.906
Total	1.476.501	(889.616)	586.885	607.182

8.1. Adições e Exclusões

Descrição	Saldo Dez/2021	Adições	Alienações/ Baixas	Saldo Mar/2021
Edifícios	145.174			145.174
Terrenos	56.491			56.491
Obras em andamento	14.754	79		14.833
Instalações	141.452			141.452
Benfeitorias propr. terceiros	1.817			1.817
IPC/90	19.210			19.210
Bens móveis	1.124.645	7.254	(34.375)	1.097.524
Total	1.503.544	7.332	(34.375)	1.476.501

8.2. Movimentação da depreciação e amortização

Descrição	Dez/2021	Depreciação/ Amortização	Alienações/ Baixas	Mar/2022
Edifícios	(45.400)	(650)	0	(46.050)
Terrenos	0	0	0	0
Instalações	(112.971)	(6.124)	0	(119.095)
Benfeitorias propr. terceiros	(1.720)	(30)	0	(1.750)
IPC/90	(2.531)	0	0	(2.531)
Bens móveis	(733.740)	(20.712)	34.261	(720.191)
Total	(896.361)	(27.516)	34.261	(889.616)

Nota 9. Intangível

Política Contábil - Trata-se de gastos incorridos, que atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, e estão diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição e desenvolvimento, deduzidos das amortizações acumuladas.

Descrição	Dez/21	Adições	Mar/22
Software	695.362	3.468	698.830
(Amortização acumulada)	(604.298)	(9.478)	(613.776)
Total	91.064	(6.010)	85.054

Passivo

Passivo Circulante

Nota 10. Consignações

Política Contábil – Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados e também tributos retidos de fornecedores.

Descrição	Mar/2022	Dez/2021
Previdência social	14.930	14.356
Pensão alimentícia	57	70
IRRF	15.041	33.591

Tributos Federais Retidos na Fonte	2.349	2.582
ISS	1.476	753
Plano de Previdência e Assistência Médica	6.459	27.617
Entidades Rep. Classes	155	157
Empréstimos, Retenções e Consignações	4.287	4.174
Total	44.754	83.300

A variação de R\$ 38,5 milhões é decorrente das consignações sobre folha de pagamento do 13º salário recolhidas em janeiro de 2022.

Nota 11. Tributos e encargos sociais

Política Contábil - Trata-se de obrigações a serem recolhidas no decorrer dos próximos doze meses, já deduzidos os tributos a recuperar.

Descrição	Mar/2022	Dez/2021
Passivo fiscal diferido (NE 11.1)	39.974	42.184
PASEP / COFINS a recolher (NE 11.2)	49.057	74.953
CPRB a recolher	10.630	14.725
FGTS	8.346	6.079
ISS a recolher	6.610	12.722
Outros tributos	1.086	1.061
Total	115.703	151.724

11.1. Passivo fiscal diferido

Descrição	Mar/2022	Dez/2021
Tributos s/ Crédito de Clientes a Faturar	39.974	42.184
IRPJ/ CSLL	16.318	17.804
Demais Tributos s/ Receita Bruta	23.656	24.380
Total	39.974	42.184

Os tributos diferidos incidem sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar. Os tributos diretos sobre a receita bruta a faturar são CPRB, PASEP, COFINS e ISS.

11.2. PASEP/COFINS a recolher

Estão relacionados à movimentação do recebimento dos clientes, tendo em vista que o recolhimento da maioria dessas contribuições ocorre por ocasião do recebimento.

Nota 12. Obrigações a pagar

12.1. Fornecedores

Política Contábil – Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. É reconhecido pelo custo amortizado, não se alterando a forma anterior de reconhecimento

Descrição	Mar/ 22	Dez/21
A vencer	102.437	219.781

12.2. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Descrição	Mar/2022	Dez/2021
Férias	171.664	193.365
Licença prêmio	133.198	132.378
13º Salário	28.844	
Pessoal a Pagar	4.300	4.735
Total	338.007	330.478

12.3. Processo trabalhista a pagar

Neste grupo, são registrados os valores a pagar decorrentes de acordos judiciais, R\$ 40,6 milhões em 2022 (R\$ 56 milhões, 2021) em ações trabalhistas movidas por empregados do quadro externo, cedidos à Receita Federal do Brasil e do quadro interno. Com relação aos valores decorrentes de acordo em ação movida por empregados do quadro externo, os pagamentos das parcelas mensais são ressarcidos pela União.

12.4. Participação nos lucros ou resultados

O saldo de R\$ 24,9 milhões, sendo R\$ 23,8 milhões a ser distribuído da participação de empregados, e R\$ 1,03 milhão de administradores.

12.5. Dividendos e juros sobre capital próprio

O saldo de R\$ 125,7 milhões corresponde ao somatório de R\$ 97,4 milhões aos dividendos do exercício de 2021, devidamente atualizados até a posição de 31/03/2022 e R\$ 28,3 milhões referentes a JSCP do exercício de 2022, apurado até o encerramento desse trimestre.

Passivo Não Circulante

Nota 13. Obrigações tributárias

Descrição	Mar/2022	Dez/2021
PASEP/COFINS a recolher (NE 13.1)	296.303	246.511
ISS a recolher (NE 13.2)	158.432	144.818
ISS renegociado	38.755	38.755
IPTU a Recolher	3.532	3.211
Total	497.022	433.295

Dessas obrigações vincendas após doze meses do encerramento do exercício social, destacam-se:

13.1. PASEP/COFINS a recolher

Representa as contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito classificadas no ativo não circulante (R\$ 13,9 milhões) e contribuições sobre serviços prestados a clientes públicos imunes, que sofreram alteração do regime não cumulativo para o regime cumulativo, por conta da aplicação da imunidade tributária, a partir de março de 2020. Esse procedimento resultou na transferência de R\$ 282,4 milhões do circulante para o não circulante.

13.2. ISS a recolher

Trata-se de obrigação provisionada no valor de R\$ 158,4 milhões, devido à aplicação da imunidade tributária nos municípios de Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belém, Fortaleza e Rio de Janeiro.

Até o encerramento do 1º trimestre de 2022, se mantém os benefícios da imunidade tributária nas seguintes filiais: Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza, Belém, Campo Grande, Goiânia e Rio Branco, na esfera municipal, e Rio Grande do Sul, na esfera estadual. Quanto ao ISS-DF, está registrado como provisões administrativas para devolução ao cliente (NE 14.2).

Nota 14. Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas

Descrição	Mar/2022	Dez/2021
Provisões trabalhistas e cíveis (NE 14.1)	440.643	433.576
Provisões administrativas (NE 14.2)	64.135	56.996
Saldo	504.778	490.572

14.1. Provisões trabalhistas e cíveis

Política Contábil – Consideram os processos judiciais classificados como estratégicos e não estratégicos, e atendem os requisitos de provisão estabelecidos na NBC TG 25 (R2).

Os processos classificados como estratégicos são aqueles que possuem risco de desembolso acima de R\$1,2 milhão na data da provisão e, os processos classificados como não estratégicos são aqueles cujos valores de risco são inferiores a R\$1,2 milhão.

Os processos estratégicos provisionados são aqueles cujo risco de perda seja igual a certo ou provável, que possuem uma estimativa confiável de seu valor e com a provisão de desembolso no curto prazo, independentemente da fase processual.

O risco dos processos é atribuído pelo advogado e o valor é apurado pelo perito assistente com base nas decisões proferidas no processo.

Os processos não estratégicos são provisionados, independentemente do risco e da fase processual, através da aplicação da metodologia do tíquete médio de pagamentos (por tipo de pedido principal) dos processos arquivados nos últimos 5 anos, multiplicado pela quantidade dos processos ativos no período em análise.

14.1.1. Movimentação dos processos trabalhistas e cíveis

Descrição	Total
Saldo da provisão 31/12/2021	433.577
Processos que entraram na provisão	4.309
Processos que saíram da provisão	(4.059)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	7.273
Redução nos processos anteriormente provisionados	(457)
Saldo da provisão 31/03/2022	440.643

O impacto no encerramento do 1º trimestre representou uma constituição no resultado de R\$ 7,07 milhões. A maioria quantitativa dos processos na Empresa é de natureza trabalhista, representando mais de 99% do passivo provisionado. A Administração entende que as provisões constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e cíveis, R\$ 440,6 milhões, são suficientes para representar os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis.

14.1.2. Expectativa de reembolso

O SERPRO espera que parte do passivo seja reembolsado. Desta forma, e seguindo a NBC TG 25 (item 53), é contabilizado um ativo das ações de empregados cedidos, considerando o ressarcimento dos valores desembolsados.

Como o fundamento do reembolso é legal e a administração pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da legalidade, a administração julga que o reembolso é praticamente certo. Existe um trabalho contínuo para diminuição do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais.

Tipo de ação	Mar/22	Dez/21
Sem expectativa de reembolso	290.716	287.665
Com expectativa de reembolso	149.926	145.911
Saldo da provisão	440.643	433.576

14.1.3. Redução do passivo

Existe um trabalho contínuo para diminuição do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais. Os esforços para celebração de composições amigáveis reduziram sensivelmente o passivo de alguns dos processos de maior valor e, o SERPRO continua empenhado em celebrar acordos benéficos para a Empresa.

14.1.4. Processos de riscos possíveis

Os processos classificados como riscos possíveis são aqueles processos estratégicos com valor de risco superior a R\$ 1,2 milhão, que não foram considerados como provisionáveis, por não possuírem uma estimativa confiável do seu valor e/ou por não terem expectativa de reembolso no curto prazo. Do total de 80 processos classificados, 17 têm seu risco classificado como possível, o que monta um valor total de R\$ 217,5 milhões.

Descrição	Mar/2022		Dez/2021	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Risco Processual Possível				
Cível	2	45.777	2	44.947
Trabalhista	15	171.767	14	165.916
Saldo da provisão	17	217.544	16	210.863

14.1.5. Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A apropriação das provisões judiciais cumpre a norma contábil, o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da Empresa.

14.2. Provisões administrativas e tributárias

Política Contábil – O SERPRO obteve imunidade tributária através da Ação Cível Originária – ACO 2.658, com base no artigo 150, inciso VI, alínea a, da Constituição Federal de 1988. Dessa

forma, os tributos de natureza indireta, incluídos nos preços dos serviços prestados a órgãos e entidades da administração pública, e não recolhidos em virtude da aplicação de imunidade tributária, estão registrados em Provisões Administrativas no passivo não circulante para ressarcimento aos clientes, após decisão definitiva favorável pelo fisco.

Nos casos em que a decisão judicial ou administrativa ainda está em fase preliminar, o registro dessas provisões ocorre no passivo não circulante em Obrigações Tributárias.

Descrição	Mar/2022	Dez/2021
Provisões administrativas e tributárias (ISS DF)	64.135	56.996

Nota 15. Patrimônio Líquido

Descrição	Mar/2022	Dez/2021
Patrimônio Líquido	2.024.440	1.921.219
Capital	1.061.005	1.061.005
Reservas	1.190.679	1.190.886
Reservas de Reavaliação	93.069	93.276
Reservas de Lucros	1.097.610	1.097.610
Reserva Legal	77.948	77.948
Reserva de Retenção de Lucros	725.191	725.191
Reserva de Dividendos Adicionais Propostos	294.471	294.471
Outros Resultados Abrangentes	(330.705)	(330.672)
Lucros Acumulados	103.461	0

A variação do patrimônio líquido, R\$ 103,5 milhões reflete o resultado do período (R\$ 131,6 milhões) já contemplando os reconhecimentos mensais dos Juros sobre Capital Próprio (R\$ 28,3 milhões) e a realização da reserva de reavaliação (R\$ 0,2 milhões).

Nota 16. Resultado do Exercício

Descrição	Mar/2022	Mar/2021	Mar/2021 (Publicado)
Receita Bruta	815.692	792.707	792.707
(-) Deduções	(125.360)	(150.017)	(150.017)
Receita operacional líquida	690.333	642.691	642.691
Custo dos serviços prestados	(337.132)	(326.084)	(326.084)
Lucro bruto	353.201	316.606	316.606
Despesas operacionais (exceto resultado financeiro)	(208.435)	(117.053)	(117.848)
Resultado financeiro	38.638	8.918	8.918
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	183.402	208.472	207.686
Tributos sobre o lucro	(51.811)	(21.667)	(21.397)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	131.592	186.804	186.279

Cumprido esclarecer que, após o encerramento do primeiro trimestre de 2021, foi registrado acréscimo no resultado de R\$ 0,5 milhão, decorrente reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa (R\$ 0,8 milhão) com reflexo no tributo diferido sobre o lucro de R\$ 0,3 milhão. Não sendo necessária a reapresentação das demonstrações dado a imaterialidade do registro.

16.1. Receita bruta

Política Contábil – Nos termos da NBC TG 47, o SERPRO adota critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. A receita é apropriada à medida que o serviço está sendo prestado. Dessa forma, são contabilizadas além das receitas efetivamente faturadas, as receitas a faturar na mesma competência. Utilizam-se estimativas e premissas que refletem o tamanho e a composição da carteira de clientes. Assim, contabiliza-se, mensalmente, a receita a faturar em valor estimado, com base na média observada nos 90 dias que antecedem o período considerado.

16.1.1. Composição por obrigação de desempenho

Descrição	Mar/2022	Mar/2021
Hospedagem de aplicações	550.073	517.662
Desenvolvimento e manutenção de software	51.733	44.676
Atendimento a Ambientes de Rede Local	27.703	33.352
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	23.204	28.911
Gestão de Margem Consignável	22.001	22.697
Administração de rede de longa distância	20.932	25.090
Datavalid	20.231	24.985
Denatran Consulta Online	15.594	8.962
Infoconv	10.926	8.719
Emissão de CNH	10.516	7.844
Consulta CPF	8.726	7.410
Demais obrigações de desempenho	64.232	67.715
Serviços a Faturar (CPC 47)	(10.179)	(5.326)
Receita Total	815.692	792.697

16.1.2. Receita: maiores clientes

Cliente	Vinculado	Mar/2022	Mar/2021
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil	Min. Economia	342.857	366.706
ME - Ministério da Economia - Diretoria Adm. Logística	Min. Economia	145.744	99.038
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	Min. Economia	52.135	47.011
PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Min. Economia	39.765	46.839
MINFRA - Ministério da Infraestrutura	Min. Infraestrutura	28.537	36.051
SENASP - Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública	Min. Justiça	17.223	17.069
IBAMA - Inst. Brasileiro Meio Ambiente e Rec. Naturais Renováveis	Min. Meio Ambiente	7.234	576
DNIT - Depart. Nacional de Infraestrutura de Transportes	Min. Infraestrutura	6.921	6.091
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Min. Agricultura	6.638	1.410
MRE - Depart. Comunicações e Documentação	Min. Rel. Exteriores	5.375	4.107
SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus	Min. Economia	5.068	3.653
Demais Clientes Públicos		42.617	44.673
Clientes Públicos - Total		700.115	673.223
Clientes Privados		125.756	124.810
Serviços a Faturar (CPC 47)		(10.179)	(5.326)
Receita Total		815.692	792.707

No 1º trimestre de 2022, a Receita Bruta apresentou crescimento de R\$ 23,0 milhões quando comparado ao mesmo período de 2021. Tanto o mercado OGU quanto do mercado não OGU, registraram acréscimo no período avaliado, respectivamente na ordem de R\$18,9 milhões (2,9%), e R\$4,0 milhões (2,8%). Entretanto, vale-se destacar que a prestação de serviço do cliente ministério da economia em jan/21 (R\$37,6 milhões) foi faturado em dez/20 por solicitação do cliente por questões orçamentárias, tendo impacto direto nesse “crescimento” do mercado OGU.

16.2. Receita líquida

Descrição	Mar/2022	Mar/2021
Receita bruta	815.692	792.707
(-) ISS	(17.938)	(17.843)
(-) PIS / PASEP	(9.464)	(11.936)
(-) COFINS	(43.594)	(54.980)
(-) ICMS	0	(17)
(-) INSS patronal	(36.110)	(34.231)
(-) Descontos concedidos	(17.115)	(30.848)
(-) Vendas canceladas	(1.138)	(162)
Receita operacional líquida	690.333	642.691

16.3. Custos e Despesas Operacionais

16.3.1. Composição

Descrição	Mar/2022			Mar/2021		
	CSP	Despesas	Total	CSP	Despesas	Total
Despesas de Pessoal	(234.075)	(119.252)	(353.327)	(257.500)	(86.392)	(343.892)
Depreciação/Amortização	(29.157)	(7.833)	(36.991)	(18.282)	(4.442)	(22.724)
Locação	(36.256)	(1.514)	(37.771)	(8.264)	(3.021)	(11.285)
Manutenção	(8.195)	(2.744)	(10.940)	(14.900)	(6.223)	(21.123)
Comunicação	(3.182)	(33)	(3.215)	(9.564)	(2.537)	(12.101)
Serviços Profissionais	(19.552)	(8.223)	(27.775)	(14.156)	(3.633)	(17.789)
Serviços Públicos	(4.460)	(3.060)	(7.520)	(4.626)	(1.756)	(6.383)
Créditos a Receber	0	(53.533)	(53.533)	0	(12.399)	(12.399)
Créditos Tributários	158	0	158	1.230	0	1.230
Despesas Tributárias	(163)	(372)	(535)	0	(2.494)	(2.494)
Materiais	(576)	(405)	(981)	0	(755)	(755)
Outras despesas/receitas	(1.672)	(7.560)	(9.232)	(23)	(1.687)	(1.710)
Judiciais	0	(3.905)	(3.905)	0	8.285	8.285
Totais	(337.132)	(208.435)	(545.567)	(326.084)	(117.053)	(443.137)

16.3.2. Reduções e aumentos dos gastos

No 1º trimestre de 2022 foi registrado um gasto de R\$545,6 milhões, apresentando assim um crescimento de 23,1% (R\$102,4 mi) quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Em relação aos aumentos, destaca-se: resultado com créditos a receber com crescimento de R\$41,1 milhões, devido grande volume de faturas que completaram 3 anos de inadimplência nesse trimestre, passando a ser tratado como perda incorrida pela metodologia utilizada;

Por fim, vale salientar que o crescimento observado em despesa com pessoal (2021: R\$ 86.392 para R\$ 119.252, em torno de 38,0%), decorre do ajuste de classificação das despesas com vendas (recomendação da consultoria de custos KPMG), migração de empregados da área fim para o Centro de Serviço Compartilhado e verbas rescisórias de empregados cedidos aos órgãos externos.

16.4. Resultado Financeiro

Descrição	Mar/2022	Mar/2021
Despesa Financeira	(2.869)	(3.598)
Receita Financeira	41.506	12.516
Resultado Financeiro	38.637	8.918

Houve um aumento no resultado financeiro, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, correspondente a R\$ 29,7 milhões, variação da taxa juros com o aumento da SELIC, e por consequência, no aumento da taxa de juros vinculados à taxa de CDI, que é base da remuneração dos títulos públicos, pois, os fundos extramercados possuem lastros nas letras do Tesouro Nacional, sendo LTN - Letra do Tesouro Nacional e NTN - Nota do Tesouro Nacional.

16.5. Tributos sobre o lucro

Política Contábil: O SERPRO apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real, na modalidade anual.

No exercício de 2019, amparado em decisão na Ação Cível Originária - 2.658/DF transitada em julgado, e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real, o resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e as entidades públicas, mantendo a tributação sobre o resultado da parcela não imune (serviços prestados a entidades privadas). Por inexistir regra específica para as empresas públicas, quanto à escrituração das obrigações acessórias para apuração dos resultados imune e não imunes, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada.

Quanto ao ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, em como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro, a Empresa avaliou os requisitos da norma e não identificou impacto quanto à contabilização de passivos, visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

16.5.1. Imposto de Renda – IRPJ e Contribuição Social - CSLL

Descrição	Mar/202	Mar/2021
IRPJ e CSLL correntes	(55.549)	(11.555)
IRPJ e CSLL diferidas	3.738	(10.112)
Total	(51.811)	(21.667)

16.5.2. Conciliação da despesa com IRPJ e CSLL

Descrição	Mar/22	Mar/21
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	183.402	208.472
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(62.357)	(70.880)
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	6.808	59.325
Exclusão de lucro atribuído ao setor público	33.258	42.772
Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	(47.946)	5.809
Juros sobre capital próprio	9.635	6.883
Compensação de créditos sobre Prejuízo Fiscal	12.453	4.484
Outras adições e exclusões	(1.012)	(796)
Incentivos Fiscais – Programa de Alimentação do Trabalhador e Prorrogação da Licença Maternidade	420	173
(c) Total dos tributos correntes (a) + (b)	(55.549)	(11.555)
Constituição/Reversão Tributos s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(12.453)	(4.303)
Constituição/Reversão de tributos diferidos s/ diferenças temporárias	16.191	(5.809)
(d) Total dos tributos diferidos	3.738	(10.112)
(e) Total dos tributos correntes e diferidos (c) + (d)	(51.811)	(21.667)
Alíquota efetiva (Total / Lucro)	28,2%	10,4%

As despesas de IRPJ e CSLL do período compreendem os tributos correntes e diferidos que, confrontados com o lucro contábil (R\$ 183 milhões) resultaram numa alíquota efetiva de 28,2 %, equivalente a despesa de R\$ 52 milhões. Esse resultado foi influenciado pelas variações das adições e exclusões sobre as diferenças temporárias, em sua maioria, pelo acréscimo das provisões tributárias e provisões para perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa.

16.5.3. Demonstração da apuração do lucro a excluir do IRPJ

A distribuição da Receita Líquida está descrita a seguir:

Descrição	Mar/22	%	Mar/21	%
Receita Operacional Líquida	690.333		642.691	
(-) Receita operacional líquida a faturar	9.840		(13.916)	
Receita Operacional Líquida a distribuir	700.173		628.775	
Receita líquida atribuída ao setor público	586.419	83,75	516.751	83,16
Receita líquida atribuída ao setor privado	113.754	16,25	112.023	16,84

A apuração do lucro atribuído ao setor público, com exclusão do IRPJ

Descrição	Mar/22	%	Mar/21	%
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro	183.402		208.472	
Adições/Exclusões	(295)		(297)	
Lucro Líquido ajustado a atribuir	158.839		208.175	
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ	133.033	83,75	171.086	82,2
Lucro atribuído ao Setor Privado	25.806	16,25	37.089	17,8
IR s/ Lucro atribuído ao Setor Público Imune a excluir	33.258		42.772	

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação de serviço atribuído ao setor público imune de IRPJ (R\$ 133 milhões), que corresponde à exclusão de R\$ 33,2 milhões do IRPJ corrente no 1º trimestre de 2022.

16.5.4. Movimentação de saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Descrição	Dez/21	DRE	Mar/22
(a) Passivo fiscal diferido – Circulante	(17.805)	1.487	(16.318)
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	(17.805)	1.487	(16.318)
(b) Ativo fiscal diferido – Não Circulante	313.487	2.220	315.707
Provisões de processos trabalhistas e cíveis	57.280	275	57.555
Passivo atuarial	72.834	(487)	72.347
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	51.108	6.402	57.510
Provisões Trabalhistas	17.489	(90)	17.398
Provisões Tributárias	57.821	8.602	66.424
Outras provisões	2.976	(30)	2.946
Saldo do Prejuízo Fiscal – IRPJ	53.980	(12.453)	41.526
(c) Passivo fiscal diferido – Não Circulante	(46.099)	31	(46.067)
Provisões de processos trabalhistas – PSE	(19.277)	(306)	(19.583)
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(12.624)	143	(12.481)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(14.198)	195	(14.003)
(d) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante (b) + (c)	267.389	2.252	269.640
(e) Total: Créditos Fiscais Diferidos (a) + (d)	249.584	3.738	253.322

Os tributos diferidos foram reconhecidos às alíquotas nominais do imposto de renda e da contribuição social. O saldo líquido de R\$ 253 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 316 milhões) e o passivo fiscal diferido do circulante (R\$ 16 milhões) e não circulante (R\$46 milhões).

O crédito relativo às provisões tributárias foi constituído sobre o IPTU, ISS e o PASEP/COFINS a recolher registrados no passivo não circulante, e sua reversão ocorrerá na liquidação dessas provisões.

Descrição	Mar/22	Dez/21
Saldo em 1º de janeiro	249.584	450.448
Efeito no Resultado	3.738	(125.252)
Ativos e Passivos temporários	16.191	(174.928)
Utilização de créditos sobre prejuízo fiscal	(12.453)	(4.303)
Constituição de créditos sobre prejuízo fiscal	0	53.979
Efeito no Patrimônio Líquido	0	(75.612)
Outros Resultados Abrangentes	0	(99.854)
Reserva de Reavaliação	0	24.242
Saldo em 31 de março	253.322	249.584

O IRPJ diferido passou, em dezembro de 2021, a ser constituído sobre a base fiscal das diferenças temporárias (provisões ativas e passivas) excluída da parcela proporcional ao setor público, mantendo-o equivalência com o tributo corrente provisionado.

16.5.5. Reflexo da aplicação da imunidade tributária no IRPJ

Na apuração dos tributos correntes, a imunidade teve os seguintes impactos:

Descrição	Com Imunidade	Sem Imunidade	Efeito
Lucro antes dos Tributos	183.402	183.402	0
(a) Tributos sobre o lucro a 34%	(62.357)	-62.357	0
(b) Ajustes que afetaram os tributos:	6.808	(38.904)	45.712

Incentivos fiscais	420	420	0
Demais adições e exclusões (afetaram o cálculo tributário)	(39.324)	(39.324)	0
Exclusão do lucro atribuído ao setor público	33.258	0	33.258
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	12.453	0	12.453
(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (a) + (b)	(55.549)	(101.260)	45.712

Na apuração dos tributos diferidos sobre os prejuízos fiscais, a imunidade é refletida conforme a seguir:

Descrição	Com imunidade		Sem imunidade	
	Prejuízo fiscal	AFD constituído	Prejuízo fiscal	AFD Não constituído
IR Diferido sobre saldo de prejuízo fiscal				
Saldo em Dez/2021	215.918	53.980	0	0
Compensação de 30%	(49.814)	-12.453	0	0
Saldo em Dez/2021	166.105	41.526	0	0

Sem a aplicação da Imunidade tributária o saldo do Prejuízo Fiscal teria sido consumido totalmente no 1º trimestre de 2021, não restaria saldo a compensar.

Nota 17. Benefícios a empregados

Política Contábil – O SERPRO disponibiliza aos seus empregados os benefícios de previdência complementar, assistência à saúde, auxílio-alimentação e plano odontológico.

As obrigações de curto prazo desses benefícios são reconhecidas como despesas de pessoal, de acordo com a prestação do serviço correspondente.

As obrigações com benefícios pós-emprego a empregados são constituídas de Planos de previdência complementar e Programa de Assistência à Saúde (PAS/SERPRO). Os programas previdenciários e de assistência à saúde são classificados pela NBC TG 33 (R1) como benefícios pós-emprego, ou seja, serão devidos ao empregado após término de sua fase laborativa.

Os planos de previdência complementar são administrados pela EFPC SERPROS constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado.

Ao fim do encerramento do exercício é realizada avaliação, registro e divulgação das obrigações de longo prazo com benefícios de pós-emprego.

Quanto às Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD dos Fundos de Investimento Multimercado e Participações, estas são reconhecidas pelos administradores dos fundos respectivos. A diferença entre o montante registrado e o valor recuperável (*Impairment*) constitui esses valores, de modo a tornar a informação contábil mais consistente. Portanto, para os investimentos com evidências objetivas de riscos e incertezas de recuperabilidade, a EFPC SERPROS aplica a NBC TG 01 Teste de Recuperabilidade de Ativos.

17.1. Previdência complementar

Os planos de previdência oferecidos pelo SERPRO são:

17.1.1. Plano PS-I, plano estruturado como Benefício Definido - BD que se encontra saldado desde 01/04/2013, sob amparo legal e cujos benefícios já foram concedidos; e

17.1.2. Plano PS-II, estruturado na modalidade de Plano de Contribuição Variável - CV que se encontra aberto para novas adesões e possui características de Contribuição Definida (CD), na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD), na fase de pós-concessão.

17.2. Assistência à Saúde

O plano de assistência à saúde ora oferecido pelo SERPRO aos empregados e seus respectivos dependentes é realizado pelo PAS/SERPRO.

17.2.1. Custeio do benefício de assistência à saúde

O SERPRO acompanha os custos dos benefícios de assistência à saúde dos empregados, através de controles internos e indicadores implantados, inclusive, o custo para a Estatal desses benefícios.

17.2.1.1 Gasto total com Saúde – Mar/2022

Descrição	Mar/2022
Utilização do Plano de Saúde	39.508
Despesas Administrativas	7.649
Total dos Gastos com Saúde	47.156

17.2.1.2 Participação no custeio de Assistência à saúde - Mar/2022

Descrição	Participação
Participação dos Empregados + PSE	47.272
Participação Empresa	0
Total dos Gastos com Saúde	

No 1º trimestre/2022, a Participação dos Empregados foi suficiente para cobrir os seus gastos com saúde, inclusive os da Empresa. Por esse motivo, não houvesse necessidade de desembolso por parte do SERPRO. Por isso, a Participação da Empresa foi zero.

17.3. Auxílio alimentação

Este benefício é concedido mensalmente aos empregados e dirigentes, na modalidade cartão eletrônico. Para os empregados, no Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2020/2022, foi fixado o valor mensal de R\$ 1.001 a partir de maio de 2020. Para os dirigentes, o valor mensal pago é de R\$ 778,03 desde abril/2019, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST.

17.4. Plano odontológico

Este benefício é oferecido aos empregados e ex-empregados, a seus dependentes e agregados, por meio do Plano Odontológico PREVIDENT, mediante adesão voluntária.

Nota 18. Partes relacionadas

18.1. Entidade Fechada de Previdência Complementar

Política Contábil – A EFPC SERPROS é considerada parte relacionada do SERPRO, nos termos que define a NBC TG 05 e tendo em vista que os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade são formados, paritariamente, por conselheiros indicados pela Patrocinadora e por conselheiros eleitos pelos participantes e assistidos.

18.1.1. Transações com SERPROS – Fundo Multipatrocinado

Operação	ANC	PC	PNC
Letras Tesouro Santa Catarina	95.554		
Retenções e repasses		6.459	
Contribuições Paritárias		8.061	
Ações de Cobrança		13.343	
Benefícios Pós-Emprego			553.889
Total	95.554	27.863	553.889

18.2. Transações comerciais

Política Contábil – Os clientes públicos pertencentes ao Orçamento Geral da União de órgãos do Ministério da Economia são considerados partes relacionadas uma vez que o SERPRO é empresa pública vinculada ao Ministério da Economia e neste caso, trata-se de entidade que exerce influência significativa.

18.2.1. Contratos de Receita

Cliente	Receita Bruta	Faturamento			Avaliação de Direito
		A vencer	Vencidas até 3 anos	Vencidas mais 3 anos	
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil	342.857	0	4.754	35.570	239.889
ME - Ministério da Economia - Diretoria de Administração Logística	145.744	0	95.698	535	168
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	52.135	0	0	0	16
PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	39.765	0	645	24.907	5.485
MINFRA - Ministério da Infraestrutura	28.537	6.735	585	0	658
SENASP - Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública	17.223	0	1.616	53	401
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	7.234	0	576	1.486	30
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	6.921	12.665	0	0	0
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	6.638	0	214	0	0
MRE - Departamento de Comunicações e Documentação	5.375	3.074	4.797	0	1
SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus	5.068	0	37	2	18
Total	657.497	22.474	108.922	62.553	246.666

Conforme prevê o artigo 4º do Estatuto Social, entre as finalidades do SERPRO, consta a de atender prioritariamente aos órgãos do Ministério da Economia.

Nota 19. Eventos subsequentes

As Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas foram aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária - AGO, no dia 26 de abril de 2022, assim como a proposta de destinação do resultado apurado ao final do exercício 2021 e os dividendos adicionais.